



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Paulo Galvão da Rocha

Cargo/Função: Superintendente

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Ensino Médio/Técnico

Escola Salesiana do Trabalho

Artes Gráficas

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1980 - Presidiu o Sindicato dos Gráficos e a Central Única dos Trabalhadores no Pará.

1981 – Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT).

1984 – Presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Pará).

1990 – Foi eleito Deputado Federal. 1994 – Foi reeleito Deputado Federal.

1998 – Foi reeleito Deputado Federal.

2002 – Foi reeleito Deputado Federal.

2006 – Foi reeleito Deputado Federal.

2010 – Concorreu ao Senado federal.

2014 – Foi eleito Senador da República.

2018 – Concorreu ao cargo de Governador do Pará

2023 – Foi empossado no cargo de superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

OBS: Durante os cinco mandatos de Deputado Federal, Paulo Rocha integrou as Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Economia, Indústria e Comércio, além da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento. No mandato de Senador, exerceu a função de líder da bancada do PT naquela Casa.

.....

LEIS DE AUTORIA DE PAULO ROCHA

Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993 – Anistia aos sindicalistas

Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.

Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998 – Define trabalho escravo

Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. Tipifica o trabalho escravo como crime.

Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002 – Cria a profissão de ACS

Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.

Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Cria o Seguro Defeso Concede seguro-desemprego, durante o período defeso, ao pescador profissional que exerce atividade pesqueira de forma artesanal.

Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006 – Anistia ECT

Anistia os trabalhadores dos Correios, punidos em razão da participação em movimento grevista.

Lei nº 12.033, de 29 de setembro de 2009 – Injúria Racial

Estabelece que injúrias referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem caberá representação do ofendido, tornando pública a ação judicial.

Lei nº 12.446, de 15 de julho de 2011 – Júlio Cesar, herói da Pátria Inscreve o nome de Júlio Cesar Ribeiro de Souza no Livro de Heróis da Pátria.

Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014 – PEC do Trabalho Escravo Expropria propriedades rurais e urbanas onde for encontrado trabalho escravo.

Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015 – Ensino Médio nas penitenciárias

Modifica a lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Lei nº 195, de 08 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo Libera recursos do Fundo Nacional de Cultura aos Estados e Municípios para incentivo de ao setor cultural, como forma de mitigar efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Galvão da Rocha, Superintendente**, em 31/10/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0549108** e o código CRC **CD4F394F**.